



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

AVULSO

DIRETORIA GERAL

EDITAL

CONCURSO PARA TAQUÍGRAFO

De ordem da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, faço público que se acham abertas pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 1.º de julho de 1987, as inscrições para o concurso destinado ao preenchimento de 08 (oito) vagas de taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

CAPÍTULO I

Da Inscrição

a) O candidato deverá apresentar-se, junto ao Departamento de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no horário das 14:00 às 17:00 horas, exceto aos sábados, munidos da Carteira de Identidade.

b) No momento da inscrição, o candidato assinará o livro próprio, recebendo cartão de identidade, com a indicação de seu número de inscrição, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas. O porte da carteira de Identidade é obrigatório.

Das condições para inscrição:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado;

b) ser maior de 18 (dezoito) anos;

c) haver cumprido obrigações e encargos militares, se do sexo masculino;

d) estar em gozo dos direitos políticos;

e) ter boa conduta;

f) gozar de boa saúde, comprovada através da Carteira de Saúde, sem prejuízo de posterior sujeição a inspeção médica se aprovado;

g) idade máxima de 45 (quarenta e cinco) anos, salvo se já for funcionário público;

h) 2 fotos 3 x 4;

i) Certificado de conclusão do 2.º Grau.

CAPÍTULO II

Das Provas

1.º - As provas do concurso constarão de:

- Português
- Taquigrafia
- Datilografia
- Conhecimentos Gerais.

2.º - A prova de português constará de correção de discurso, ou trecho de discurso, com o mínimo de vinte e cinco (25) linhas, impressas, cujo ponto será sorteado no momento e onde tenham sido, propositamente, incluídos erros. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50.

3.º - As provas de taquigrafia e datilografia serão em número de três obedecendo a seguinte ordem:

a) Apanhamento taquígrafo, durante dez minutos, de ditado feito a 100 (cem) palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de duas horas. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60. Limite de erros: 8%.

b) Apanhamento taquigráfico, durante cinco minutos, de ditado feito à velocidade de 120 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de uma hora. Limite de erros: 10%.

c) Apanhamento taquigráfico de discurso no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com tempo e prazo de duração a critério da Comissão Diretora.

4.º - A prova de conhecimentos gerais constará de perguntas, ou testes, sobre fatos históricos, políticos e econômicos.

5.º - Em todas as provas serão computados os erros de português.

6.º - Tratando-se do concurso de provas, para a primeira investidura em cargo de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independentes de títulos ou diplomas que possuam.

CAPÍTULO III

Dos Critérios de Julgamento.

7.º - O julgamento da prova de idioma pátrio obedecerá ao seguinte critério: o candidato que corrigir todos os erros, incluídos no trecho, obterá (100) pontos; por erro não corrigido, ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 100 (cem) pelo número de erros, incluídos no texto multiplicando o quociente pelo número de erros não corrigidos ou cometidos.

8.º - Para a contagem de erros, nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente à máquina, usar-se-á a seguinte norma:

a) cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração no sentido, 1 erro;

b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída, sem alteração no sentido, meio erro;

c) erros de português, conforme gravidade a critério dos examinadores, meio erro, um erro, ou mais dois erros;

d) no caso de concorrência de erros (por exemplo, omissão de cinco palavras e substituição por três palavras erradas, computar-se-á o número maior de erros);

e) - os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez desde que sejam conseqüentes.

9. - Para o julgamento final, as provas terão os seguintes pesos: português - peso 2; primeira prova de taquigrafia - peso 1; segunda prova de taquigrafia - peso 4; prova de plenário - peso 2; prova de conhecimentos gerais - peso 1. A média total será obtida mediante a divisão por 10, das notas parciais, multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

10 - Só será habilitado o candidato que obtiver nota mínima 70 em taquigrafia, 50 em português, 50 em conhecimentos gerais e a média global mínima de 64.

CAPÍTULO IV

Das Realizações das Provas:

11 - A chamada dos candidatos será feita, pontualmente à hora marcada.

12 - Antes da entrada no recinto, cada candidato assinará a lista de comparecimento.

13- Será obrigatório, em todas as provas, o uso de ortografia oficial (Lei n. 5.765, de 18/12/71).

14 - Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

15 - Atribuir-se-á a nota zero à prova que apresentar sinal, expresso ou convenção, que possibilite a sua identificação.

16 - Não haverá segunda chamada para qualquer das provas; seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

17 - A prova de português será manuscrita, à tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul. O emprego das outras cores, ou lápis, importará em desclassificação.

18 - O apanhamento das provas de taquigrafia será feito exclusivamente pelo

processo manual, a lápis ou à tinta. Ao candidato é lícito utilizar-se do sistema de sua preferência e do bloco próprio. A decifração será feita obrigatoriamente à máquina, fornecida pela Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais:

19 - A inscrição do candidato implicará na aceitação das condições de concurso, nos termos em que se acham estabelecidas.

20 - Em caso de empate, na classificação geral, o desempate será feito pela melhor nota obtida na prova de português.

21 - As provas, após o julgamento pela Comissão, serão postas à disposição dos candidatos, pelo prazo improrrogável de três dias, para que sejam examinadas na Coordenadoria da Taquigrafia, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, podendo recorrer do julgamento à Comissão Diretora, formulando as reclamações que entenderem no ato da vista.

22 - Os recursos, depois de apreciados pela Comissão, serão submetidos à Comissão Executiva, a quem caberá a decisão final.

23 - O candidato que se retirar do recinto, durante a realização da prova, estará automaticamente excluído do concurso.

24 - É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data de sua publicação, pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

25 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Diretora.

26 - As provas serão realizadas no recinto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos seguintes dias:

13/08/87 - 5.^a feira - 14:00 horas

- Prova de 100 Palavras.

17/08/87 - 2.^a feira - 09:00 horas

- Prova de 120 Palavras.

18/08/87 - 3.^a feira - 14:00 horas

- Provas de Português e Conhecimentos

Gerais.

19/08/87 - 4.^a feira - 14:30 horas

- Prova de Plenário.

Gabinete da Diretoria Geral em 08.06.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral